

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Fundada em abril de 1946, a Metalúrgica Riosulense S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, Brasil, Rua Emílio Adami, 700, Barra do Trombudo, CEP 89.164-910, onde se localiza também sua unidade fabril. A Companhia e sua controlada tem como principal atividade a fabricação e comercialização de peças e acessórios de alta precisão para veículos automotores e correlatos, através da fundição de metais ferrosos e não ferrosos, com fornecimento para o mercado interno e externo de montadoras e reposição. A Companhia tem suas ações negociadas na BM&FBovespa sob o código "ON RSUL3" e "PN RSUL4".

O primeiro semestre de 2020 foi um dos períodos mais relevantes na história da Companhia. Alguns acontecimentos marcaram a trajetória da empresa, desde a governança corporativa aos resultados financeiros do período. A seguir, o resumo dos fatos:

Os meses de março a maio foram desafiadores tanto à Companhia, quanto à população em termos globais, oriundo da disseminação do COVID-19 nos territórios brasileiros. Período esse, que gerou grande aprendizado, em especial, na tomada de decisões pela gestão, que foi assertiva nos principais momentos dessa pandemia. Os cuidados internos e agilidade na implementação de novas estratégias foram, e estão sendo, fundamentais para essa travessia. Resultado de um trabalho iniciado há 5 anos, que vem se estruturando e consolidando em termos numéricos desde então.

O mês de maio foi marcado pela partida do fundador da empresa, o Sr. João Stramosk. Lamentavelmente o Sr. João, então presidente do Conselho de Administração da Companhia, faleceu no dia 14.05.2020, decorrente de causas naturais da idade. Sr. João deixa seu legado firmado nos valores da empresa, como exemplo de ética, fé e simplicidade. Como um líder sábio, inspirador e inovador, seu nome fica marcado na história da comunidade e do setor automotivo do país. Sua chama seguirá acesa dentro da Companhia.

Com a partida do Sr. João Stramosk, o Conselho de Administração passa a ser presidido por seu filho mais velho, o Sr. João Stramosk Filho. E, como o Vice-Presidente, o Sr. Eugênio Cesar Stramosk, também filho de Sr. João. Permanecem na direção da empresa o Sr. Luis Antonio Stramosk, como Diretor Presidente e, o Sr. Gunther Marçon Faltin, como Diretor Superintendente e de Relações com Investidores da Companhia. Ressalta-se que as alterações de governança corporativa ora realizadas, não impactaram no modelo de gestão, então praticado pela Companhia nos últimos anos. Essas sucessões já estavam previstas, dado o avançar da idade do fundador, e as mesmas foram conduzidas, de forma serena e profissional nesse período.

Para o período findo em 30 de Junho de 2020, destacou-se a reversão do passivo a descoberto da Companhia, sendo apresentado um patrimônio líquido positivo CONSOLIDADO no valor de R\$ 5.859 (R\$ 2.617 negativos em 31 de dezembro de 2019). Com os prejuízos acumulados a Companhia não apresentava patrimônio líquido positivo desde o exercício de 2014, demonstrando assim, assertividade nas suas estratégias de retomada da lucratividade. A reversão a positivo do patrimônio líquido demonstrou, além de tudo, um compromisso junto a sociedade na manutenção desta instituição, tão importante dentro do Alto Vale Catarinense, com expressividade em âmbito nacional e internacional.

No período seguinte, a Companhia manteve-se atuante, buscando aprimorar os resultados, apresentando em 30 de setembro de 2020, um patrimônio líquido positivo CONSOLIDADO surpreendente, no valor de R\$ 18.338. Resultado expressivo na histórica da Companhia, o que demonstra assertividade das ações em um ano empresarial atípico. No mesmo período, a Companhia apresenta um passivo circulante CONSOLIDADO de R\$ 120.977 em contraposição ao ativo circulante CONSOLIDADO de R\$ 74.553, gerando passivos circulantes superiores em R\$ 46.424 (R\$ 59.344 em 31 de dezembro de 2019).

O mês de setembro também foi marcante para Companhia, ao concluir o investimento estratégico já aprovado, de aquisição de 50% da participação societária da empresa WIRKLICH, indústria atuante no ramo de polímeros de alta performance, situada em Campo Bom, RS. A parceria visa ampliar a atuação no segmento ferroviário, unindo esforços, para ampliação de portfólio neste e demais segmentos de mercado.

Os meses de outubro e novembro foram marcados por expressivos valores de faturamento. Com aumento da demanda, novas contratações foram necessárias e algumas linhas de produto tiveram alteração de turno. Os custos dos insumos para o mercado de fundição mostraram uma alta de aproximadamente, 25%, para os principais produtos.

Com base no planejamento estratégico que contempla o exercício atual e os próximos quatro anos, a Companhia adotou e continua adotando diversas ações para recuperação da lucratividade e capacidade de geração de caixa, com ênfase às seguintes frentes de trabalhos:

a) Sistema de gestão produtiva: a Companhia mantém o aprimoramento contínuo do processo de planejamento de produção e aplicação do sistema lean de produção. Intensificou o treinamento dos profissionais para a indústria 4.0 e a integração entre as áreas produtivas, o que vem gerando ganho em escala nos processos produtivos. Esse processo ganhou força nos últimos meses, com a necessidade de redução dos custos fixos e variáveis, diretos e indiretos, o que permitiu melhor desempenho da Companhia em momentos críticos, como de redução de jornada em maio. O último trimestre caracterizou-se também pelo aumento da ocupação da fábrica e restrição no mercado de matérias primas, materiais auxiliares e embalagens.

b) Participação no mercado: o aftermarket nacional destaca-se nesse período como reflexo da alta produção agrícola e escoamento rodoviário. Outro fator decorrente do aumento de demanda, foi a queda de emplacamentos de veículos leves e pesados, relacionado a fila de espera nas montadoras e também, pelo incremento significativo de preços. Tanto para o aftermarket nacional, quanto internacional, o câmbio segue dando maior competitividade, principalmente para os mercados da Europa e dos USA. Para o mercado LATAM, a ascensão está se consolidando pela disponibilidade de produtos, uma vez que o prazo de entrega, inflação e escassez dos concorrentes asiáticos vêm se acentuando. As otimizações logísticas, lançamento de novos produtos, ações de marketing e sucesso do cliente, estão sendo impulsionados nesses mercados para criação de uma excelente experiência, buscando firmar a recorrência e fidelização. O mercado de montadoras de caminhões e ônibus estão em plena retomada, mas afetados na volatilidade dos preços das matérias primas base. O grande desafio para esse mercado está na atualização dos contratos, numa condição que permita competitividade, rentabilidade e projeção futura para que possamos investir na expansão da capacidade fabril.

c) Gestão financeira: em termos financeiros, o fluxo de caixa da Companhia manteve-se ajustado e com disponibilidade de capital de giro, propiciando uma travessia mais segura nos momentos de oscilação de faturamento, decorrentes da pandemia. Os valores de entrada abaixaram consideravelmente, em meados de maio, mas já retornaram aos patamares do início do ano, em junho. Destaca-se que a Companhia não fez uso de nenhum crédito especial no período e não precisou recorrer a novos

recursos. Isso possibilitou uma melhor exposição no mercado, aumentando as opções de ofertas de créditos pelas instituições bancárias. Mantem-se a ênfase na gestão de ciclo financeiro e a progressiva formação de capital de giro próprio, em busca do equilíbrio. O último trimestre, foi marcado por recordes de faturamento e também, na redução dos custos de operação, como consequência, resultado operacional recorde do exercício.

A Companhia se mantém atuante com a estratégia de contenção de gastos, cujos limites estão enquadrados no planejamento orçamentário anual, reavaliado mês a mês esses valores. Continua o foco no gerenciamento do fluxo de caixa, com o equacionamento das dívidas tributárias e financeiras. Mantem-se ainda, como parte do orçamento de capital, investimentos em máquinas, equipamentos e softwares, com o objetivo de garantir o processo de modernização do parque fabril e ganho de produtividade.

Destaca-se uma visão de futuro cada vez mais tecnológica, com investimentos em plataformas suportadas por dados e inteligência artificial, para atendermos melhor nossos clientes e continuarmos com uma grande agilidade e assertividade nas tomadas de decisões. Para tanto, mantém-se o investimento em Segurança da Informação, devido à grande quantidade de ataques hackers diários.

O último período também foi marcado pela priorização da segurança da informação, com a intensificação da aplicabilidade das normativas de compliance e LGPD. Execução de treinamentos, capacitação e desenvolvimento de profissionais, para um futuro cada vez mais disruptivo, complexo e tecnológico. Inovação e agilidade como estratégias para superar adversidades trazidas ainda mais forte pela pandemia.

Em 31/12/2020, a Companhia apresenta um passivo circulante CONSOLIDADO de R\$ 172.493 em contraposição ao ativo circulante CONSOLIDADO de R\$ 78.180, gerando passivos circulantes superiores em R\$ 94.313 (R\$ 59.114 em 31 de dezembro de 2019).

1.1. Reconhecimento, reclassificação e atualização de passivos tributários em dezembro de 2020:

Destaca-se no exercício de 2020, especificamente no mês de dezembro, o reconhecimento e reclassificação pela Companhia das "Obrigações Tributárias" e das "Obrigações Trabalhistas/Previdenciárias", bem como atualização de Multa, Juros e Encargos Legais incidentes sobre tais obrigações, o que gerou um crescimento do passivo tributário da Companhia registrado no Passivo Circulante.

As contas "2041 - INSS a Recolher" e "2439 - Provisão Multas Juros INSS" registram os débitos previdenciários da Companhia que foram atualizados. Em dezembro/2019 constavam os valores de R\$ 14.047.391,60 e R\$ 8.734.766,26, respectivamente, em cada conta.

A Companhia também reclassificou lançamentos contábeis em dezembro de 12/2020, então valores anteriormente (dezembro/2019) registrados nas contas "2517 - Refis - Lei 12.996/2014 Curto Prazo" e "2518 - Refis - Lei 12.996/2014 Longo Prazo" foram debitados e, ato contínuo, creditados nas contas "2041 - INSS a Recolher" e "2439 - Provisão Multas Juros INSS".

Após atualizações e reclassificações, em dezembro/2020, constam os valores de R\$ 37.360.592,53 (R\$ 36.561.449,20 referente ao saldo da dívida + R\$ 799.143,33 valor a recolher no mês corrente) na conta "2041 - INSS a Recolher" e R\$ 46.105.753,52 na conta "2439 - Provisão Multas Juros INSS". Dessa forma, o débito previdenciário da Companhia em dezembro/2020 é igual a R\$ 82.667.202,72.

Por sua vez, as contas "2012 - PIS a Recolher", "2013 - COFINS a Recolher", "2433 - Provisão Multas/Juros PIS", "2434 - Provisão Multas/Juros COFINS", "2654 - Contribuição Social PGFN", "2655 - CSRF Retenções Fonte PJ" e "2653 - Multa Dívida Ativa CLT" registram os débitos não previdenciários da Companhia que foram atualizados ou reconhecidos. Em dezembro/2019 constavam os valores de R\$ 5.383.786,92, R\$ 37.327.775,62, R\$ 253.782,59, R\$ 2.593.089,00 nas contas 2012 - PIS a Recolher, "2013 - COFINS a Recolher", "2433 - Provisão Multas/Juros PIS", "2434 - Provisão Multas/Juros COFINS", respectivamente.

Após as atualizações, em dezembro/2020, constam os valores de R\$ 2.893.598,29, R\$ 20.923.701,11, R\$ 3.456.603,94 e 23.428.325,44 nessas contas, de modo respectivo. Para mais, em dezembro/2020 foram criadas as contas "2654 - Contribuição Social PGFN", "2655 - CSRF Retenções Fonte PJ" e "2653 - Multa Dívida Ativa CLT" a fim de reconhecer os débitos tributários R\$ 220.419,02, R\$ 190.249,30 e R\$ 929.143,40, nessa ordem. Dessa forma, o débito não previdenciário da Companhia em dezembro/2020 é igual a R\$ 52.042.040,50.

A integralidade do passivo tributário registrado nas contas do Passivo Circulante previamente citadas teve origem em autuações fiscais que culminaram na inscrição dos débitos tributários em dívida ativa. A seguir são informados os números das CDA's, bem como o valor histórico e o valor atualizado dos débitos inscritos:

DÉBITOS NÃO PREVIDENCIÁRIOS - Em Reais		
Nº da CDA	Valor Inscrito - Data	Valor Atualizado
91.6.11.015064-70		R\$ 106.836,14
91.6.17.000902-98		R\$ 220.419,02
91.6.17.000901-07		R\$ 83.413,16
91.7.15.005771-90		R\$ 2.636.438,44
91.7.13.001408-99	R\$ 1.949.807,96 - 24/10/2013	R\$ 3.713.763,79
91.6.17.000903-79		R\$ 5.040.104,58
91.6.13.004916-00	R\$ 9.314.087,69 - 24/10/2013	R\$ 17.738.562,33
91.6.16.004388-70		R\$ 21.573.359,64
91.5.19.001500-09		R\$ 747.272,23
91.5.19.001499-22		R\$ 4.182,86
91.5.19.001498-41		R\$ 71.945,36
91.5.19.001497-60		R\$ 105.742,95
TOTAL CONSOLIDADO DEZ/20		R\$ 52.042.040,50

DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS - Em Reais	
Nº da CDA	Valor Atualizado
37.450.699-0	R\$ 652.604,18
46.301.969-5	R\$ 8.338.608,09
43.445.797-3	R\$ 13.198.625,99
14.265.558-9	R\$ 12.487.661,88
14.266.160-0	R\$ 7.166.970,15
14.281.282-0	R\$ 18.092.069,07
14.279.694-8	R\$ 19.733.192,04
14.279.238-1	R\$ 2.997.471,32
TOTAL CONSOLIDADO DEZ/20	R\$ 82.667.202,72

1.2. Eventos Subsequentes

A Transação Tributária citada no item 1.1 das Notas Explicativas é regulamentada pela Portaria PGFN nº. 9917, de 14 de abril de 2020 para a cobrança da dívida ativa da União. Trata-se de um instrumento para regularização da situação fiscal das empresas que faz concessões como o oferecimento de descontos aos débitos considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação, de parcelamentos e de diferimento ou moratória, etc.

Essa previsão de descontos aos débitos inscritos se limita ao valor de juros, multas e encargos legais, excluindo a possibilidade de descontos que atinjam o valor do principal do crédito tributário. É por essa razão que se considera que na Transação não há renúncia de receita por parte do Ente público, já que as reduções se limitam às verbas acessórias. Ademais, na própria minuta do Termo de Transação Tributário esclarece-se que a “transação e a interpretação das suas cláusulas não pode implicar redução do montante principal dos créditos inscritos ou renúncia às garantias e privilégios do crédito tributário”.

Perante o deferimento da Transação – onde em 03 de fevereiro de 2021, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, através do Processo nº 19994.100005/2021-57, ratifica, após a correção de exigências expostas neste mesmo documento, o deferimento do pleito e o termo de transação envolvendo o objeto em comento – a Companhia reconheceu em seus registros contábeis os débitos tributários devidamente corrigidos com acréscimos de juros, multas e encargos legais.

a) Aspectos e repercussões do reconhecimento, reclassificação e atualização dos passivos tributários

O primeiro aspecto que se destaca é o prejuízo fiscal que o reconhecimento, reclassificação e atualização dos passivos tributários pela Companhia acarretou no ano de 2020. Esse prejuízo fiscal repercute na possibilidade de compensação nos exercícios seguintes, nos termos da legislação de regência (art. 580, do Regulamento do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza), na proporção de 30% do lucro líquido ajustado dos períodos posteriores.

O segundo aspecto que se faz relevante é o tratamento de despesa dedutível dado à dívida tributária. Nos termos do art. 131 da Instrução Normativa RFB nº. 1700, as despesas realizadas com o pagamento de tributos são dedutíveis na determinação do lucro real e do resultado ajustado, segundo o regime de competência, exceto se a exigibilidade esteja suspensa nos termos dos incisos II a V do caput do art. 151 do CTN.

O terceiro aspecto a ser considerado trata-se do desconto de 34,65% deferido na Proposta de Transação Individual - que aguarda deferimento final e assinatura - o qual gerará uma diminuição no passivo tributário da Companhia. Isto é, será um redutor de despesa.

Os juros e as multas de mora também são dedutíveis nas bases do IR e da CSLL, mesmo em caso de autuação fiscal, pois têm função de recomposição da moeda e compensação. Contudo não são dedutíveis na apuração do lucro real e do resultado ajustado as multas impostas de ofício por infrações fiscais por terem caráter punitivo.

Como já decidiu o Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 606.107/RS, o conceito contábil de receita não se confunde com o conceito de receita previsto no art. 195, I, b, da Constituição Federal. Sendo assim, receita para fins de base de cálculo e incidência de IR e CSLL deve ser entendida como o ingresso financeiro que se integra no patrimônio da condição de elemento novo e positivo. No caso concreto, o desconto obtido por meio da Transação não se trata de ingresso novo, mas apenas de insubsistência de um passivo, não devendo haver incidência de tributos sobre essa “receita”.

Em suma, mediante o deferimento da transação tributária em comento, destacam-se algumas previsões para os demonstrativos financeiros que serão publicados no primeiro trimestre de 2021:

- i) Reconhecimento de desconto no importe de 34,65% sobre a dívida total, equivalente à R\$ 46.660;
- ii) Reversão do patrimônio líquido, que atualmente encontra-se negativo;
- iii) Emissão da Certidão Positiva de Débitos junto à Receita Federal, com efeito de negativa;
- iv) Abertura de possibilidades de utilização de outros benefícios e incentivos fiscais, que dependem de regularidade fiscal
- v) Acesso à melhores linhas de créditos para investimentos de longo prazo, com taxas mais atrativas.

2 - BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada, compreendem:

a) Demonstrações financeiras Individuais da Controladora: As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

b) Demonstrações financeiras Consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 20 de janeiro de 2021.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor das propriedades para investimento, estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e elaboração dessas demonstrações financeiras, estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Demonstrações financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Metalúrgica Riosulense S.A e sua controlada apresentada abaixo:

Controlada	País	% de Participação	
		31/12/2020	31/12/2019
Metalúrgica Riosulense SpA	Chile	100%	100%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
- Eliminação dos investimentos nas sociedades controladas na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação; e,
- Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação, usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2 Transações em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, devido ao ambiente econômico em que atua e na qual são realizadas suas principais operações.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional (Reais - R\$) em vigor na data do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.3 Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes e não circulantes de acordo com o prazo de vencimento.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. (continua)

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (impairment).

Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.4 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, desta forma, não registrou nenhum ajuste.

3.5 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. A Companhia realiza, anualmente, teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, sendo que para estas rubricas não foi destacada necessidade de provisão para redução ao valor recuperável nas datas dos balanços.

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.7 Clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para "impairment" (perdas no recebimento de créditos). Na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, e ajustado pela provisão para perda no recebimento de créditos, a qual está apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

3.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de produção ou aquisição e estão registrados pelo menor valor entre o custo médio e o valor líquido realizável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas. As provisões de estoques para baixa rotatividade e obsolescência são mensuradas com base em relatórios auxiliares que compreendem movimentação dos estoques e reposição desses no mercado e são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

3.9 Investimento

a) Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo foi incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

b) Investimentos em sociedades controladas

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10 Imobilizado

Os ativos imobilizados estão avaliados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo encargos financeiros de empréstimos que financiaram a aquisição ou construção desses ativos, quando aplicável. Os ativos imobilizados são apresentados deduzidos das respectivas depreciações, com exceção de terrenos, que não são depreciados. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

GRUPO PATRIMONIAL	PRAZO
Edifícios e dependências	35 anos
Máquinas e equipamentos	20 anos
Equipamentos de informática	7 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.11 Intangível

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização e de eventual provisão para ajustá-los a seus prováveis valores de realização, quando necessário. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados levando em conta o prazo estimado de geração de benefícios econômicos futuros, estando sujeito a teste de recuperabilidade anualmente ou sempre que indícios indicarem eventual perda de valor econômico. Os itens de intangíveis mantidos pela Companhia, são:

a) Marcas e patentes: Correspondem ao custo de registro para o uso de marcas e patentes que são concedidos por períodos indefinidos, assim, consideradas como de vida útil indefinida e sujeito a teste de recuperabilidade anualmente.

b) Programas de computadores (licenças de softwares): As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada, que geralmente apresentam uma taxa de amortização de 6,67% ao ano.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

3.12 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acréscimos de juros, quando aplicável.

3.13 Empréstimos e financiamentos

Geral

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Custo dos empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando qualificáveis são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possui nenhum ativo qualificável para a capitalização dos juros.

3.14 Provisões

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para litígios (riscos tributários, cíveis e trabalhistas)

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.15 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Venda de produtos e serviços

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos pelo curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece receita quando:

- i. Ocorrer à transferência para o comprador dos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos bens;
- ii. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- iii. É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e,
- iv. Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com as vendas tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo do cliente, o tipo de transação e as especializações de cada venda.

3.16 Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

Impostos	Alíquota
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	4%, 7%, 12%, 17% e 25%
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	5% a 12%
PIS - Programa de integração social	1,65%
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	7,6%
CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	2,5%

3.17 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício social.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

Não existem itens que possam gerar diferenças relevantes entre o lucro (prejuízo) básico e o diluído.

4 - JULGAMENTO E USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Avaliação do valor justo das propriedades para investimento

A Companhia apresenta suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia contratou avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo em 31 de dezembro de 2020. Para propriedades para investimento, o avaliador utilizou técnica de avaliação de valor de mercado dada a natureza das propriedades. O valor justo determinado das propriedades para investimento é sensível ao rendimento estimado, bem como à taxa de vacância de longo prazo.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outras políticas contábeis que requerem uso de julgamento e estimativas, são:

- a) Análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; e,
- c) Constituição de provisão para perdas nos estoques.

5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	1	1	1	1
Banco conta movimento	115	2	119	39
Total de caixa e equivalente a caixa	116	3	120	40

6 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Banco conta corrente vinculada a empréstimos	87	150
Ordem de pagamento em moeda estrangeira	8.693	1.823
Total de bancos e aplicações financeiras	8.780	1.973
Circulante	8.694	1.921
Não circulante	86	52

7 - CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber de clientes mercado interno	26.588	19.210	26.588	19.210
Contas a receber de clientes mercado externo	5.815	4.393	6.126	4.118
Contas a receber de clientes partes relacionadas	-	283	-	283
Total do contas a receber	32.403	23.886	32.714	23.611
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(865)	(722)	(865)	(722)
Total de clientes	31.538	23.164	31.849	22.889

Contas a receber de clientes por idade de vencimento	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Títulos a vencer superior a 90 dias	285	163	285	163
Títulos a vencer até 90 dias	30.496	21.777	30.807	21.502
Vencidos em até 90 dias	839	1.232	839	1.232
Vencidos de 90 a 180 dias	2	65	2	65
Vencidos superior a 180 dias	781	649	781	649
Contas a receber de clientes	32.403	23.886	32.714	23.611

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Movimentação provisão para créditos de liquidação duvidosa	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício/período	(722)	(694)	(722)	(694)
Adições	(430)	(294)	(430)	(294)
Baixas	287	266	287	266
Saldo no final do exercício/período	(865)	(722)	(865)	(722)

8 - ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Produtos acabados	9.663	11.172	9.663	11.221
Mercadorias para revenda	482	546	482	546
Produtos em elaboração	7.493	5.204	7.493	5.204
Matéria prima	14.437	8.248	14.437	8.248
Almoxarifado	3.773	2.705	3.773	2.705
Obrigações pós-venda - CPC 47	88	40	88	40
Provisão para estoques obsoletos	(312)	(239)	(312)	(239)
Total dos estoques	35.624	27.676	35.624	27.725

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está demonstrada a seguir:

Movimentação provisão para estoques obsoletos	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício/período	(239)	(78)	(239)	(78)
Adições	(224)	(185)	(224)	(185)
Baixas	151	24	151	24
Saldo no final do exercício/período	(312)	(239)	(312)	(239)

NOTAS EXPLICATIVAS

Metalúrgica Riosulense S.A. • 31 de dezembro 2020



9 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
PIS a recuperar	23	11	23	11
COFINS a recuperar	107	53	107	53
ICMS a recuperar	781	419	781	419
IRRF a recuperar	37	27	37	27
IPI a recuperar	-	5	-	5
FGTS a Recuperar	23	-	23	-
Outros	-	-	113	13
Total impostos a recuperar	971	515	1.084	528
Circulante	585	377	698	390
Não circulante	386	138	386	138

10 - INVESTIMENTOS

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Terrenos e Edifícios mantidos para investimentos	29.927	28.590
Outros investimentos	289	289
Investimentos em Coligadas e Controladas	4.978	-
Total propriedades para investimento	35.194	28.879

Do total de propriedades para investimentos em 31/12/2020, R\$ 21.327, encontram-se com registro de penhora decorrente das ações tributárias que estão sendo conduzidas junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

10.1 Terrenos e Edifícios mantidos para investimento

As propriedades para investimento (substancialmente terrenos) são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por Companhia especializada e independente. As principais premissas utilizadas pelos especialistas para apurar o valor do imóvel pelo método comparativo direto foram as seguintes:

- Amostras de mesmo zoneamento no plano diretor do município.
- Tempo de venda: Até 3 anos.
- Tempo de implantação: Até 6 meses.
- Impostos e taxas de corretagem: Aplicado de acordo com a legislação vigente.

10.2 Investimentos em Sociedades Controladas

Nas demonstrações financeiras da controladora estão reconhecidos os seguintes investimentos em sociedades controladas, avaliados pelo patrimônio líquido das investidas, conforme participação em cada empresa:

Controladora									
Nome	País	Ativos	Passivo	Patrimônio Líquido	Receitas	Resultado Líquido do Período	% Participação	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento
Em 31 de dezembro de 2020									
Metalúrgica Riosulense SpA	Chile	437	1.732	(1.295)	517	(427)	100%	(427)	(1.295)
Wirklich Ind. de Plásticos Ltda.	Brasil	12.411	7.538	4.873	16.611	2.075	50%	21	2.436

11 - IMOBILIZADO

Controladora								
	Terrenos	Edifício e e dependências	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Taxa anual de depreciação	-	3%	5%	14%	10%	10%	-	
Saldo em 31/12/2018	34.952	19.273	41.862	338	307	200	3.818	100.750
Adições	-	44	4.442	401	94	-	9.314	14.295
Baixas	-	-	(4.645)	-	(1)	-	(954)	(5.600)
Transferências	-	808	810	-	-	31	(1.649)	-
Depreciação	-	(742)	(4.209)	(112)	(62)	(34)	-	(5.159)
Baixas da depreciação	-	-	56	-	-	-	-	56
Saldo em 31/12/2019	34.952	19.383	38.316	627	338	197	10.529	104.342
Adições	-	29	2.811	123	96	-	7.191	10.250
Baixas	-	-	(1.761)	(1)	(4)	-	(91)	(1.857)
Transferências	-	1.005	3.286	-	-	-	(4.291)	-
Depreciação	-	(854)	(4.235)	(150)	(65)	(32)	-	(5.336)
Baixas da depreciação	-	-	1.610	1	5	-	-	1.616
Saldo em 31/12/2020	34.952	19.563	40.027	600	370	165	13.338	109.015

Consolidado								
	Terrenos	Edifício e e dependências	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Taxa anual de depreciação	-	3%	5%	14%	10%	10%	-	
Saldo em 31/12/2018	34.952	19.273	41.862	338	307	200	3.818	100.750
Adições	-	44	4.442	401	94	-	9.314	14.295
Baixas	-	-	(4.645)	-	(1)	-	(954)	(5.600)
Transferências	-	808	810	-	-	31	(1.649)	-
Depreciação	-	(742)	(4.209)	(112)	(62)	(34)	-	(5.159)
Baixas da depreciação	-	-	56	-	-	-	-	56
Saldo em 31/12/2019	34.952	19.383	38.316	627	338	197	10.529	104.342
Adições	-	29	2.814	123	96	-	7.193	10.255
Baixas	-	-	(1.761)	(1)	(4)	-	(93)	(1.859)
Transferências	-	1.005	3.286	-	-	-	(4.291)	-
Depreciação	-	(854)	(4.229)	(150)	(65)	(32)	-	(5.330)
Baixas da depreciação	-	-	1.603	1	5	-	-	1.609
Saldo em 31/12/2020	34.952	19.563	40.029	600	370	165	13.338	109.017

(Continua)

Nas demonstrações financeiras a depreciação foi registrada no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2020 totalizando R\$ 5.330, sendo R\$ 5.199 classificadas como custos, R\$ 32 como despesas comerciais e R\$ 107 como despesas administrativas (R\$ 5.054, R\$ 31, R\$ 74, respectivamente para o período findo em 31 de dezembro de 2019).

Os empréstimos e financiamentos bancários da Companhia estão garantidos por bens do Imobilizado, em sua maior parte por bens móveis, máquinas e equipamentos, conforme nota explicativa de empréstimos. Baixas de imobilizado em andamento em 31 de dezembro de 2020 referem-se à venda de ferramental.

Do total de terrenos em 31/12/2020, R\$ 34.369, encontram-se com registro de penhora decorrente das ações tributárias que estão sendo conduzidas junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

12 - INTANGÍVEL

	Controladora e Consolidado		
	Marcas e patentes	Programas de computador	Total
Taxa anual de amortização	-	6,67%	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	22	703	725
Adições	-	27	27
Amortizações	-	(125)	(125)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	22	605	627
Adições	-	13	13
Baixas	-	(3)	(3)
Amortizações	-	(105)	(105)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22	510	532

As despesas com amortizações totalizam R\$ 105, e foram registradas ao resultado como R\$ 37 em custo dos produtos vendidos, o montante de R\$ 6 como despesas comerciais e o montante de R\$ 62 como despesas administrativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 57, R\$ 4, R\$ 64, respectivamente para o período findo em 31 de dezembro de 2019).

13 - FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores de mercadorias	8.758	4.701	9.391	4.917
Fornecedores de serviços	2.239	1.271	2.239	1.271
Total fornecedores	10.997	5.972	11.630	6.188
Vencidos	14	280	14	280
À Vencer	10.952	5.692	11.585	5.908
À Vencer superior à 365 dias	31	-	31	-

14 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Controladora e Consolidado		31/12/2020	31/12/2019
Modalidade	Juros mensal	Garantias			
Capital de Giro	0,49%+100% do CDI	Duplicata/Hipoteca	-		938
ACC	11,09% ao ano	Aval	-		403
Empréstimo	0,70 a 0,89% ao mês + TJLP	Hipoteca	10.803		4.361
Leasing	0,89% a 1,14%	Alienação Fiduciária	2.211		245
Limite	14,57% ao mês		-		28
Total de empréstimos e financiamentos			13.014		5.975
Circulante			2.006		5.510
Não circulante			11.008		465
Por data de vencimento			31/12/2020		31/12/2019
Em até 6 meses			703		4.327
De 6 meses a 1 ano			1.303		1.183
De 1 a 2 anos			2.907		465
De 2 a 3 anos			2.552		-
De 3 a 4 anos			2.081		-
Acima de 4 anos			3.468		-
Total de empréstimos e financiamentos			13.014		5.975

Os contratos mantidos com as instituições financeiras não apresentam cláusulas restritivas ("Covenants").

15 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Salários a pagar	1.648	134
Provisão de férias e 13º salário a pagar	2.623	3.114
INSS a recolher	83.466	22.782
FTGS a recolher	251	257
IRRF sobre salários recolher	551	267
Acordos Trabalhistas	184	341
Sesi e Senai a recolher	4.158	5.401
Outros	1.168	235
Total obrigações sociais e trabalhistas	94.049	32.531

16 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
PIS	6.431	5.718
COFINS	44.352	39.921
ICMS	782	1.358
IPI	294	-
IRPJ/CSLL a Recolher	730	-
Outros	487	63
Total obrigações tributárias	53.076	47.060

17 - PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
COFINS	1.143	1.787
ICMS	11.013	15.183
INSS	2.396	3.240
FGTS	-	316
Refis (a)	6.207	35.638
IPI	7.895	-
Outros	1.118	98
Total parcelamento tributário	29.772	56.262
Circulante	8.886	19.353
Não circulante	20.886	36.909

a) Refis

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) para impostos federais e previdenciários, conforme facultado pela Lei nº 12.996/2014. Foram inclusos no programa valores devidos de PIS, COFINS, IRRF e contribuições previdenciárias. Os pedidos de parcelamento parcialmente consolidados, protocolados em 29 de agosto de 2014, serão liquidados em 180 meses com atualização monetária pela variação da Selic.

Os saldos deste parcelamento estão abaixo apresentados:

Saldo devedor original	97.261
Multa e juros compensados com prejuízos fiscais e bases negativas	(14.426)
Redução de multa e juros conforme lei 11.941/09	(24.304)
Amortizações ocorridas	(47.291)
Estorno multa e juros compensados com prejuízos fiscais e bases negativas - Consolidação (Nota 17)	4.857
Estorno redução de multa e juros - Consolidação	8.768
Exclusão parcial dos débitos inclusos - Consolidação	(27.535)
Apropriação juros s/ saldo devedor	8.877
	6.207
(-) Parcela classificada no circulante	(1.222)
Passivo não circulante	4.985

18 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social - conciliação com o resultado

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social pelo lucro real. A provisão para imposto de renda foi constituída com alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e da contribuição social com alíquota de 9%.

Controladora e Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019
Lucro/Prejuízo antes dos impostos	(2.892)	21.664
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ/CSLL antes das adições/exclusões	983	(7.366)
Adições/Exclusões Bases de Cálculo	(10.054)	316
IRPJ e CSLL calculados a alíquota nominal (Resultado)	(9.471)	(7.050)
Outras diferenças permanentes (não dedutíveis)	6.763	2.690
Imposto de renda e contribuição social efetivo	(2.708)	(4.360)
Imposto de renda e CSSL correntes	(9.471)	(7.050)
Constituição/Reversão IRPJ/CSLL diferidos sobre diferença temporária - Diversas	6.763	2.690
Imposto de renda e contribuição social efetivo	(2.708)	(4.360)

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora e Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Adoção CPC 47)	294	245
Provisão para estoque obsoleto	106	81
Provisão multas e juros (INSS, IRRF, PIS, COFINS, ICMS)	11.744	11.518
Provisão comissões a pagar	143	112
Obrigações pós-venda (Adoção CPC 48)	30	14
Arrendamento mercantil (Adoção CPC 06 - RTT)	(524)	(524)
Custo atribuído (Adoção CPC 37 - RTT)	(13.183)	(13.506)
Depreciação societária (Adoção CPC 27 - RTT)	(5.074)	(5.597)
Propriedade para investimento (Adoção CPC 28 - RTT)	(9.810)	(8.901)
Reserva de reavaliação	(420)	(422)
Imposto de renda e contribuição social diferido, líquido	(16.694)	(16.980)
Saldo Inicial	(16.980)	(19.670)
Estorno registrado ao resultado do exercício	(6.477)	-
Valor registrado ao resultado do exercício	6.763	2.690
Saldo Final	(16.694)	(16.980)

c) Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

A Companhia apresenta prejuízo fiscal acumulado de R\$ 34.427 (R\$ 17.880 em 31 de dezembro de 2019) e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de R\$ 34.388 (R\$ 17.840 em 31 de dezembro de 2019) em 31 de dezembro de 2020, representando um crédito tributário de R\$ 11.702 (R\$ 6.076 em 31 de dezembro de 2019). A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

19 - PROVISÃO PARA LITÍGIOS

A Companhia mantém provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco "provável" pelos assessores jurídicos externos. A administração da Companhia prevê que a provisão para litígios constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destes litígios está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

	Controladora e Consolidado			
	Trabalhista	Cíveis	Tributária	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	507	23	23.515	24.045
Constituição de provisões	-	-	(663)	(663)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	507	23	24.178	24.708
Depósitos judiciais relacionados	(124)	-	(2.645)	(2.769)

Adicionalmente a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como perdas possíveis, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Ações trabalhistas	2.365	1.769
Ações cíveis	1.600	1.620
Ações tributárias	10	59.529
Total de perdas possíveis	3.975	62.918

As variações negativas de possíveis perdas justificam-se pelo fato de que os montantes de dívida passaram a ser reconhecidos contabilmente.

Cabe ressaltar que tais valores têm cunho apenas informativo, não havendo provisão contábil para tais causas. Ao menos uma vez ao ano a Companhia realiza a atualização formal de seus consultores externos a fim de certificar da situação de seus processos e, mensalmente, o departamento jurídico realizada as análises necessárias para obter entendimento do avanço das causas.

20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresenta um patrimônio líquido negativo no valor de R\$ 8.182 individual e consolidado, contra R\$ 2.617 negativos (individual e consolidado) em 31 de dezembro de 2019.

a) Capital social

O capital social, pertencente a acionistas domiciliados no País, é de R\$ 9.214, sendo composto por 343.000 (trezentas e quarenta e três mil) ações ordinárias escriturais e 240.000 (duzentas e quarenta mil) ações preferenciais escriturais, totalizando 583.000 (quinhentas e oitenta e três mil) ações. As ações preferenciais, sem direito a voto nas assembleias gerais, gozam dos seguintes direitos e privilégios:

- a) Direito ao recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.
- b) Participação em igualdade de condições, com as demais ações, ressalvado o disposto no item "a", na distribuição de dividendos, no recebimento de bonificações provenientes da Reserva de Capital, de Reavaliação de Ativos, de Capitalização de Reservas de Lucro ou das utilizações de quaisquer fundos.
- c) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de encerramento das atividades da Sociedade.
- d) Direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, pelas mesmas condições desta alienação.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

A conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial refere-se ao custo atribuído ao imobilizado registrado na data de transição ao CPC/IFRS, que está sendo realizado contra Lucros Acumulados proporcionalmente a depreciação dos bens que lhe deram origem.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizados o montante de R\$ 736, (R\$ 682 em 31 de dezembro de 2019) referente reavaliação e custo atribuído e contabilizado na conta de lucros acumulados.

21 - TRANSAÇÕES E SALDOS ENTRE PARTES RELACIONADAS

O acionista controlador da Companhia é a Stramosk Participações S.A., o qual possui 90% das ações ordinárias e 34,72% das ações preferenciais.

A Companhia mantém as seguintes transações com partes relacionadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos aos administradores (Ativo não circulante)	-	388	-	388
Pró-labore (Passivo circulante) (a)	48	107	48	107
Clientes (Nota 8)	-	283	-	-
Empréstimo para empresa ligada (Ativo não circulante)	12.184	620	11.085	-
Receitas (Nota 24)	-	273	-	-
Custos (Nota 25)	-	273	-	-

(a) Valores classificados em obrigações sociais e trabalhistas.

As transações estabelecidas e acima apresentadas não preveem qualquer atualização sobre os termos firmados.

Remuneração dos administradores

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2020, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas:

	Membros	Controladora e Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019
Conselho de administração	4	520	1.161
Diretoria administrativa	2	917	809
		1.437	1.970

Em 31 de dezembro de 2020 a administração da Companhia era composta por 5 conselheiros e 2 diretores estatutários. Os membros do Conselho de Administração foram remunerados respeitando os limites aprovados pela AGO.

Não há benefícios de longo prazo pós-emprego.

NOTAS EXPLICATIVAS

Metalúrgica Riosulense S.A. • 31 de dezembro 2020



22 - RECEITA DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita reposição/revenda mercado interno	136.471	111.040	136.471	111.040
Receita montadora mercado interno	76.940	84.420	76.940	84.420
Receita Ferroviário	9.234	11.544	9.234	11.544
Receita mercado externo	28.269	21.482	28.786	21.519
Receita venda sucata	225	269	225	269
Receita partes relacionadas	-	273	-	-
Receita operacional bruta	251.139	229.028	251.656	228.792
(-) Deduções e abatimentos	(2.425)	(1.420)	(2.425)	(1.420)
(-) Impostos sobre as vendas	(53.942)	(59.300)	(53.942)	(59.300)
Receita operacional líquida	194.772	168.308	195.289	168.072

23 - DESPESAS OPERACIONAIS

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por natureza. Conforme requerido pelas normas contábeis, apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por função:

Despesas por natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custos dos produtos/serviços vendidos	(122.058)	(112.589)	(122.493)	(112.316)
Despesas com vendas e distribuição	(18.022)	(16.670)	(18.022)	(16.670)
Despesas gerais e administrativas	(21.311)	(13.368)	(21.820)	(14.466)
Outras receitas e despesas	30.051	5.636	30.051	5.636
Resultado de Equivalência Patrimonial	(318)	(1.061)	-	-
Total despesas por natureza	(131.658)	(138.052)	(132.284)	(137.816)
Despesa por função	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custos dos bens e serviços	(61.026)	(53.583)	(61.461)	(53.310)
Despesa com comissões	(6.888)	(6.771)	(6.888)	(6.771)
Despesa com fretes	(2.239)	(1.780)	(2.239)	(1.780)
Outras despesas com vendas	(1.560)	(1.324)	(1.560)	(1.324)
Despesa com folha de pagamento	(44.805)	(45.817)	(44.805)	(45.817)
Energia elétrica	(8.525)	(8.221)	(8.525)	(8.221)
Serviços de terceiros	(20.032)	(16.250)	(20.032)	(16.250)
Outras despesas administrativas	(10.873)	(3.597)	(11.382)	(4.695)
Despesa com depreciação e amortização	(5.443)	(5.284)	(5.443)	(5.284)
Outras receitas e despesas operacionais	30.051	5.636	30.051	5.636
Resultado de Equivalência Patrimonial	(318)	(1.061)	-	-
Total despesas por função	(131.658)	(138.052)	(132.284)	(137.816)

24 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Recuperação de receita	29.374	11.931
Receita com venda de ativo imobilizado	172	-
Indenizações recebidas	39	97
Receitas diversas	1.355	1.310
Despesas diversas	(889)	(7.702)
Total outras receitas e despesas	30.051	5.636

25 - RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Receitas financeiras	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Variação cambial ativa	3.177	2.129
Receitas sobre aplicação financeira	36	23
Juros recebidos	33	89
Descontos obtidos	34	12
Outras receitas financeiras	3	5
Operação com Swap	31	184
Total receitas financeiras	3.314	2.442

Despesas financeiras	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(915)	(837)
Multa e juros sobre fornecedores	-	(1)
Multa e juros sobre impostos	(55.743)	(7.335)
Variação cambial	(2.113)	(2.331)
Descontos concedidos	(38)	(46)
IOF	(9)	(26)
Refis	(9.569)	-
Outras despesas	(884)	(292)
Operação com Swap	(49)	(166)
Total despesas financeiras	(69.320)	(11.034)
Resultado financeiro líquido	(66.006)	(8.592)

26 - LUCRO OU PREJUÍZO POR AÇÃO

A Companhia apresenta o mesmo valor do resultado, básico e diluído, por não possuir ações potenciais diluídas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	(5.600)	17.304	(5.709)	17.304
Ações ordinárias em poder dos acionistas (em ações)	343.000	343.000	343.000	343.000
Ações preferenciais em poder dos acionistas (em ações)	240.000	240.000	240.000	240.000
Resultado básico e diluído por ação ordinária - R\$	(9,23)	28,51	(9,41)	28,51
Resultado básico e diluído por ação preferencial - R\$	(10,15)	31,36	(10,35)	31,36

27 - OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da Companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

Empréstimos e financiamentos: São classificados como passivos financeiros são mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da administração reflete a informação contábil mais relevante.

Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes.

Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são similares aos valores contábeis.

Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

27.1 Fatores de Risco

a) Risco de taxas de câmbio

A Companhia administra os riscos de mercado através de hedge naturais, visando minimizar a exposição a possíveis perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia possui ativos atrelados à moeda estrangeira nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e, para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário Provável a taxa de mercado vigente no período de elaboração destas demonstrações. Para o cenário Possível esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário Remoto, em 50%. Desta forma, o quadro abaixo demonstra a simulação do efeito de variação cambial na demonstração de resultado. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição ao câmbio.

Controladora e Consolidado								
	Moeda	31/12/2020	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
			Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado
Ativos								
Contas a receber	US\$	1.008	5,77	-	7,21	1.454	8,66	2.908
Passivos								
Financiamentos	US\$	-	5,77	-	7,21	-	8,66	-
Efeito no resultado				-		1.454		2.908

A análise de sensibilidade da variação cambial está sendo calculada sobre a exposição cambial líquida (basicamente por adiantamentos de contrato de câmbio) e não foi considerado o efeito nos cenários sobre a projeção de vendas de exportação que de certa forma fará frente à eventual perda cambial futura.

b) Risco de taxa de juros

Para a política de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis, monitorando continuamente o mercado, a fim de identificar eventual necessidade de alteração no seu posicionamento. Os empréstimos e financiamentos, exceto aqueles contratados em moeda estrangeira, são atrelados à taxa de juros pré e pós-fixada. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição de juros.

Controladora e Consolidado								
	Inde-xador	31/12/2020	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
			Taxa a.a	Efeito no resultado	Taxa a.a	Efeito no resultado	Taxa a.a	Efeito no resultado
Financiamentos								
Capital de giro/Financ.	CDI	2.609	11,09%	(289)	13,86%	(362)	16,64%	(434)
BNDES	TJLP	10.405	12,55%	(1.306)	15,69%	(1.632)	18,83%	(1.959)
Efeito no resultado				(1.595)		(1.994)		(2.393)

c) Risco de crédito

A política de gerenciamento do risco de crédito se pauta no permanente monitoramento e manutenção das concessões e limites de crédito, adotando, quando necessário, o acompanhamento do nível de endividamento e liquidez dos clientes. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições julgada com baixo risco pela administração.

d) Risco de preço dos materiais

Para se proteger do risco de perdas com flutuações nos preços dos materiais, a administração da Companhia mantém sua estratégia focada no controle físico dos estoques, adotando a política de estocagem na eminência de elevações significativas no preço da matéria-prima, e de baixas posições de estoque na situação inversa.

e) Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos.

f) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas.

28 - INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Em função da concentração de suas atividades descritas na Nota 1, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia são comercializados através de diferentes canais de distribuição e não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

Controladora

	Reposição		Montadora		Ferroviário		Exportação		Total	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida	96.099	69.827	59.272	66.310	11.606	10.644	27.795	21.527	194.772	168.308
Custos sobre vendas	(45.383)	(36.197)	(52.069)	(55.461)	(7.978)	(7.604)	(16.628)	(13.327)	(122.058)	(122.058)
Lucro/Prejuízo	12.810	13.377	(28.021)	(455)	427	800	9.185	3.582	(5.599)	17.304

Consolidado

	Reposição		Montadora		Ferroviário		Exportação		Total	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida	96.616	69.827	59.272	66.310	11.606	10.644	27.795	21.291	195.289	168.072
Custos sobre vendas	(45.818)	(36.197)	(52.069)	(55.461)	(7.978)	(7.885)	(16.628)	(13.054)	(122.493)	(112.597)
Lucro/Prejuízo	12.701	13.377	(28.021)	(455)	427	800	9.185	3.582	(5.708)	17.304

- i. não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, marcas ou canais de venda; e,
- ii. a sua unidade fabril é única para todos os produtos.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita líquida e o custo por canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

A receita do mercado externo e interno está demonstrada na Nota 22.

A companhia possui 3 clientes que individualmente representam aproximadamente 27,08% das vendas os quais destacamos: i) Mercedes-Benz do Brasil Ltda; ii) International Indústria Automotiva da América do Sul Ltda; e iii) Hidremec Indústria de Materiais Ferroviários Ltda.

29 - COBERTURA DE SEGUROS

A companhia trabalha continuamente com a identificação, análise e administração de riscos, verificando a melhor forma de gerenciamento de transferência, absorção ou compartilhamento do risco com o mercado segurador. As premissas são de responsabilidade da administração da Companhia. Os bens estão assegurados conforme discriminado a seguir:

Controladora e Consolidado			
Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Casco (avaliado pela tabela FIPE)	Veículos	R\$ 84 (Mil)	Diversos
Incêndio, inclusive quando decorrente de tumulto, explosão de qualquer natureza e queda de raio, desde que ocorrida dentro da área do terreno ou edifício onde estiverem localizados os bens segurados, danos elétricos, lucros cessantes, responsabilidade civil do empregador e operações, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres e aéreos e fumaça.	Prédio / Maquinismo / Móveis e Utensílios / Mercadorias e Matérias-primas	R\$ 115.000 (Mil)	De 18/03/2020 a 18/03/2021